



CLIPPING



01 de
JUNHO
2022

**RD REPÓRTER
DIÁRIO**

Três vereadoras de Oriximiná estão denunciando o prefeito William Fonseca ao Ministério Público do Estado por difamação e violência psicológica. As parlamentares integram a bancada de oposição na Câmara Municipal. Fonseca, que já foi afastado no ano passado, enfrenta denúncias de improbidade administrativa. A fim de constrangê-las, ele tem proferido calúnias e fake news sobre a vida pessoal das vereadoras, em discursos para moradores da cidade, com o apoio de militantes e assessores. As vereadoras procuraram a Assembleia Legislativa, denunciando o que consideram um crime de violência política contra a mulher.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELÉM

Pará deve incluir nas escolas acompanhamento especializado para alunos com deficiência

O Ministério Público do Estado obteve 21 liminares favoráveis para fornecimento de profissionais de suporte às crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras deficiências abrangidas por lei

Fabyo Cruz

31.05.22 14h50



A Seduc realizou processo seletivo para o cargo com mais de mil candidatos. (Arquivo/Agência Brasil)

As escolas públicas municipais e estaduais devem incluir acompanhamento especializado às crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Autista (TEA) e outras deficiências abrangidas por lei. No período de janeiro a maio de 2022, o Ministério Público do Estado, por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém, obteve 21 decisões liminares favoráveis em ações civis públicas impetradas em desfavor das secretarias Estadual e Municipal de Educação.

Segundo o MPPA, as ações foram assinadas pela **promotora de Justiça Síntia Quintanilha Bibas Maradei**, titular da 1ª PJ da Infância e Juventude, com base nas diretrizes internacionais que tiveram a adesão do Brasil e na legislação brasileira recente. As demandas que chegaram à Promotoria são de pais ou responsáveis de alunos com TEA e outras deficiências que procuraram o MPPA.

Em todos os casos foram enviados ofícios à Secretaria Estadual de Educação (Seduc) e Secretaria Municipal de Educação (Semec), mas, como não houve retorno às demandas, foi necessário impetrar as ações, que resultaram na concessão das 21 liminares.

“O Brasil, por meio da Lei 12.764/2012, instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, de modo que passou a garantir à criança e ao adolescente com essa condição um profissional de suporte no âmbito escolar, mais precisamente, o ‘acompanhante especializado’, que mais tarde foi estendido a todas as crianças e adolescentes com qualquer outra deficiência por meio da Lei 13.146/2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão, trazendo significativas contribuições à educação especial”, destaca nas ações a promotora de Justiça Síntia Maradei.

Nas ações o Ministério Público do Estado enfatiza que a política brasileira de educação deve assegurar um **sistema inclusivo** em todos os níveis, organizado para favorecer a todos os **alunos**, indistintamente, ou seja, reconhecendo a diversidade das pessoas, de forma que **não é o aluno que deve se adaptar à escola e sim a escola que deve ser adaptar ao aluno.**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ainda de acordo com o MPPA, esse sistema é universalizado para atender à norma constitucional da educação como direito de todos e dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade. Assim como determina ser dever da família, da sociedade e do Estado, garantir o direito à saúde e à vida à criança com sua absoluta prioridade.

“Em última análise, a educação inclusiva é a educação de boa qualidade para todos, podendo ser obtida pela adaptação da escola quanto ao transtorno da criança, no sentido de garantir que seja efetivado os direitos fundamentais da criança de saúde e de educação, visando ainda a garantia da proteção do princípio do melhor interesse da criança no caso concreto”, conclui Síntia Maradei.

Por meio de nota, a Seduc informou que “realizou processo seletivo para o cargo de apoio escolar/cuidador. Mais de mil candidatos foram habilitados, estão em processo de contratação e serão chamados conforme as necessidades da Secretaria”. A reportagem solicitou posicionamento para a Semec, mas ainda não obteve retorno.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Homem com mandado de prisão em aberto por roubo é detido em Santarém
Ricardo Alex Gomes, vulgo “Duquinha”, foi localizado em casa na terça
(31).

Por Dominique Cavaleiro e Zé Rodrigues, g1 Santarém e TV Tapajós — PA

01/06/2022 09h25 Atualizado há 2 horas



16ª Seccional Urbana de Polícia Civil — Foto: Alan Martins/g1

Homem com mandado de prisão em aberto foi detido na segunda (31)
em [Santarém](#), no oeste do Pará. O caso aconteceu no bairro Diamantino.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

De acordo com informações da polícia, Ricardo Alex Gomes, vulgo “Duquinha”, foi condenado pelo crime de roubo.

A prisão aconteceu no beco Cajueiro, no bairro Diamantino. Duquinha foi apresentado na 16ª Seccional Urbana de Polícia Civil e posteriormente será transferido para a penitenciária de [Santarém](#).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Polícia tenta localizar documentos e prontuários médicos furtados do hospital de Tucuruí, no PA; vereadores são investigados

Um servidor público foi preso em flagrante por posse de drogas durante a operação.

Por g1 PA — Belém

01/06/2022 10h28 · Atualizado há uma hora



Polícia faz operação para localizar documentos médicos furtados do hospital de Tucuruí, PA

A Polícia Civil cumpriu quatro mandados de busca e apreensão para localizar documentos e prontuários médicos furtados do Hospital Municipal de [Tucuruí](#), no sudeste do Pará. Três vereadores são alvo da operação, realizada nesta terça-feira (31).

Durante as buscas, um servidor público foi preso em flagrante por posse de drogas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Quatro pessoas foram denunciadas por se apropriar indevidamente de documentos durante uma visita de vereadores ao hospital, na última semana.

Em sessão na Câmara de Vereadores de [Tucuruí](#), realizada na terça, os vereadores negaram as acusações. Horas após a fala deles na bancada, teve início a operação da Polícia Civil.

Em nota, a Polícia disse que investiga o caso em sigilo. A reportagem tentou contato com os três vereadores e com o servidor denunciados.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Atuante no crime desde 1984, 'Vovó do Pó' será monitorada por tornozeleira eletrônica

Idosa foi acusada de comercializar entorpecentes dentro de um bar no Distrito Federal



O Liberal

31.05.22 23h06



Maria Ariortene Leal de Brito, 68 anos, conhecida como “**Vovó do Pó**”, será monitorada por **tornozeleira eletrônica**. A suspeita havia sido detida na segunda-feira (30), no **Distrito Federal**, por **tráfico de drogas**. A decisão foi proferida pela juíza substituta do Núcleo de Audiência de Custódia (NAC). As informações são do Metropoles.

Ela é acusada, segundo o **auto de prisão em flagrante**, de usar um bar para vender entorpecentes. Segundo a ocorrência, a idosa foi presa com porções de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

crack, dinheiro em espécie e embalagens plásticas, utilizadas para acondicionar fragmentos de droga.

Na sentença, a magistrada observou que “a conduta da autuada não evidencia periculosidade exacerbada a ponto de justificar qualquer segregação antes do momento constitucional próprio, qual seja o trânsito em julgado de eventual sentença condenatória”. Para a juíza, a aplicação de medidas cautelares é suficiente para a punição da idosa, que não apresenta alto grau de periculosidade e, portanto, ficará em liberdade provisória.

Além do uso de tornozeleira eletrônica, ela está proibida de frequentar o local onde vendia as drogas, devendo manter distância mínima de 1 km, e informar à Justiça novo endereço no prazo de cinco dias.

Conhecida no crime

A senhora já havia sido presa pela mesma unidade policial em outra oportunidade. Ainda de acordo com a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), **a primeira anotação criminal da investigada por crime envolvendo drogas foi em 1984**. Atualmente, a idosa cumpre prisão domiciliar.